

A organização piramidal das Assembleias de Deus na cidade de São Paulo¹

Maxwell Pinheiro Fajardo²

Resumo:

Neste texto lançamos uma reflexão a respeito da estrutura administrativa piramidal assumida pelos diferentes ministérios assembleianos nas grandes metrópoles brasileiras. Partimos do pressuposto de que o crescimento das Assembleias de Deus no país foi possível graças ao desenvolvimento de um fenômeno que denominamos de “esgarçamento institucional”, ou seja, a capacidade adaptativa desenvolvida pela denominação de dividir-se em vários ministérios independentes e ao mesmo tempo preservar características litúrgicas e comportamentais comuns. Neste modelo os ministérios se transformam em redes de igrejas comandadas por um pastor presidente em torno de uma igreja-sede e que mantêm sua base nas chamadas congregações, normalmente localizadas nas regiões de periferia. Em nosso texto descreveremos tal processo a partir de observação realizada na Região Metropolitana de São Paulo.

Palavras-chave: Assembleias de Deus – Ministérios

Abstract:

In this text we launched a reflection on the pyramidal administrative structure assumed by the different ministries Assemblies in large Brazilian cities. We assume that the growth of the Assemblies of God in Brazil was made possible by the development of a phenomenon we call "institutional fraying", ie the adaptive capacity developed by denomination divided into several independent ministries and at the same time preserving liturgical and behavioral characteristics common. In this model the ministries become church networks led by a president pastor around a church head and keeps its base in calls congregations, usually located in the periphery regions. In our text we describe such a process from observation made in the Greater São Paulo.

Key words: Assemblies of God - Ministries

¹ O texto reúne parte das discussões apresentadas no terceiro capítulo da Tese de Doutorado do autor: “Onde a luta se travar: a expansão das Assembleias de Deus no Brasil urbano (1946-1980)” (FAJARDO, 2015).

² Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisas do Protestantismo e Pentecostalismo (GEPP – PUC/SP) e do Grupo Religião e Periferia na América Latina (REPAL – Umesp). Também é membro da Rede Latino-americana de Estudos Pentecostais (RELEP – Núcleo Brasil) e da Rede de Estudos Assembleianos (REA).

O avanço das Assembleias de Deus (ADs) na cidade de São Paulo aconteceu sob a tutela de diferentes agentes do campo religioso assembleiano. Na cidade existem diversos Ministérios autônomos das ADs. Em pesquisa que realizamos na periferia de São Paulo entre os anos de 2009 e 2010, encontramos vinte e sete diferentes Ministérios³ em um bairro com 70 mil habitantes (FAJARDO, 2011). Outras pesquisas (como as de BARRERA RIVERA, 2012; NORONHA, 2010 e CORREA, 2013) também apontam para a variedade ministerial assembleiana, especialmente nas regiões de periferia. Embora muitos de tais ministérios sejam pequenas cisões locais que muitas vezes resumem-se a um único local de culto em um pequeno salão ou templo, as grandes vertentes assembleianas também estão espalhadas por toda a cidade.

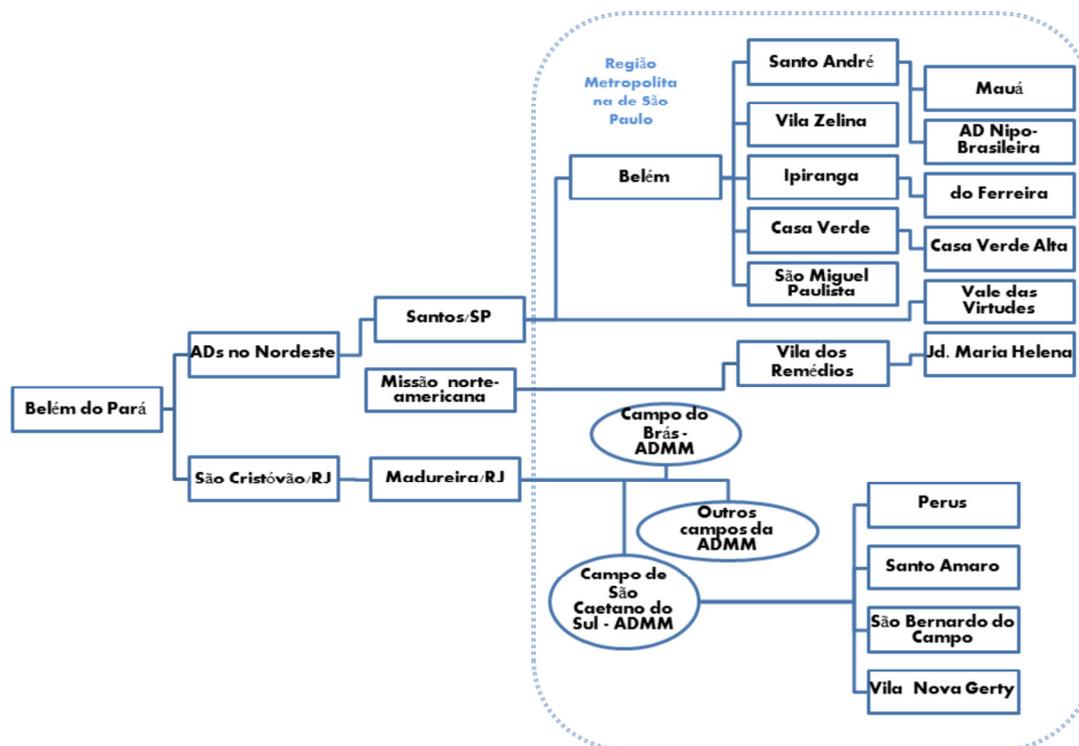
Por conta desta dinâmica da denominação, a tarefa de mapear todos os Ministérios atualmente existentes em São Paulo exigiria o acompanhamento das atualizações constantes do campo assembleiano nos diferentes espaços da cidade. Apesar de tal mapeamento exaustivo representar uma rica ferramenta para pesquisas futuras, demandaria um esforço que fugiria ao fim último de nosso texto.

Desta forma nossa preocupação será a de rastrear o desenvolvimento dos Ministérios mais próximos ao tronco inicial da denominação, bem como suas cisões mais significativas, restringindo-nos às vertentes em atividade entre as décadas de 40 e 80, período mais intenso do processo de industrialização da cidade⁴. Temos como premissa que a expansão das ADs na cidade se complementa ao processo de ministerialização. Portanto, para conhecer a expansão das ADs em São Paulo, é necessário primeiro conhecer quais os principais agentes assembleianos ali estabelecidos, bem como suas estruturas organizativas. Na figura 1 temos uma representação da “árvore genealógica” dos principais Ministérios assembleianos presentes em São Paulo em atividade no período.

³ A saber: Ministérios de Perus, Belém, Madureira, “Missão”, Jardim Painera, São Paulo, Caminho Santo, Salmista, Pleno, Missões Primitivas, Maná de Deus, São José do Rio Preto, Brasilândia, Missão em Perus, Jardim da Conquista, Recanto do Paraíso, Centro-Oeste, O Senhor é nossa força, Vila Guilherme, Nova Esperança, Concentração Divina, Belém do Pará, Monte Sinai, Mundial Deus Forte, do amor de Jesus, Unida e Nova aliança (FAJARDO, 2011)

⁴ O período refere-se ao recorte temporal de nossa pesquisa de doutorado

Diagrama 1 – Árvore Genealógica dos principais Ministérios assembleianos da Região Metropolitana de São Paulo⁵.



Embora não seja possível fazer uma descrição pormenorizada de cada um dos ramos desta árvore, é possível perceber o destaque de alguns deles, como o Ministério do Belém ou mesmo o Campo de São Caetano do Sul do Ministério de Madureira, que acabaram se transformando em raízes de outros Ministérios. Os ramos também têm diferentes pesos, já que alguns deles têm abrangência nacional com congregações abertas em todo o país, enquanto outros atuam apenas nas fronteiras da cidade de São Paulo. Alguns destes Ministérios surgiram a partir de cisões (como o Ministério São Miguel Paulista). Outros, a partir de acordos entre lideranças (como o Ministério do Ferreira) e outros (principalmente os mais antigos, como o Ministério de Santo André) desprenderam-se quase que naturalmente no período em que o sistema de igrejas livres vigorava nas ADs.

Em cidades como São Paulo, cada um dos grandes Ministérios está organizado em um sistema administrativo piramidal, normalmente obedecendo a uma estrutura onde a Igreja-sede ocupa lugar de destaque, tanto no aspecto administrativo como no simbólico. O templo sede normalmente é a igreja mais antiga do Ministério, a qual os obreiros

⁵ Os Ministérios de Perus, Santo Amaro, São Bernardo do Campo e Vila Nova Gerty não eram efetivamente independentes até a década de 80, mas já se configuravam como agentes de influência no campo assembleiano no período.

responsáveis pelas demais congregações (que podem chegar a centenas) devem prestar contas. Além da importância histórica, o templo-sede é o centro administrativo do Ministério, de onde o pastor-presidente comanda as demais igrejas e aonde são realizadas as periódicas reuniões gerais de obreiros. No templo-sede também acontecem os eventos que mobilizam todo o Ministério como os Congressos de jovens, adolescentes e senhoras.

Como símbolos do poder do Ministério, os templos-sede se destacam pela arquitetura que contrasta com as pequenas congregações a ele ligadas. No caso do Rio de Janeiro, o templo-sede de Madureira, por exemplo, inaugurado por Paulo Leivas Macalão em 1953 hoje é, segundo Cabral (2002), tombado pelo patrimônio histórico da cidade, dado o valor arquitetônico de seus coloridos vitrais em estilo gótico. Diversos templos-sede desta época destacam-se também pelos grandes relógios de suas torres, similares aos sinos das igrejas católicas, marcando a presença de tais construções no espaço público de uma maneira mais evidente enquanto as metrópoles cresciam. Nos últimos anos, no entanto, os novos templos-sede que estão sendo construídos destacam-se pela sua arquitetura moderna, que lembram shoppings-centers (ALENCAR, 2013).

Os templos-sedes estão no topo de uma pirâmide cuja base são as congregações e os chamados “pontos de pregação” (também chamados de subcongregações), ou seja, pequenos salões ou casas de membros em que são realizados cultos durante o meio de semana, mas que ainda não se transformaram efetivamente em congregações. Em muitos casos as congregações estão ligadas ao que pode ser chamado de “campo eclesiástico”, “distrito” ou “setor”, que se configuram em um grupo de igrejas de um mesmo Ministério numa mesma cidade ou bairro. As igrejas sedes setoriais respondem à igreja sede do Ministério. Assim, o membro de uma congregação tem como líder o seu dirigente local, que por sua vez responde ao pastor setorial, que por sua vez responde ao pastor-presidente do Ministério. A seguir observaremos a configuração da pirâmide ministerial nos principais Ministérios clássicos da cidade de São Paulo.

a) A organização da AD Ministério do Belém (ADMB)

O Ministério do Belém (ADMB)⁶ é o mais antigo de São Paulo, representando o tronco principal das ADs na cidade (Cf. Diagrama 1). Apesar de ser um dos mais conhecidos Ministérios do país, a ADMB atualmente restringe suas atividades ao Estado de

⁶ Doravante nos referiremos à Assembleia de Deus Ministério do Belém simplesmente pela sigla ADMB. Para os demais Ministérios usaremos siglas similares

São Paulo. Desde 1980 é presidido pelo Pr. José Wellington Bezerra da Costa, que também é o atual presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB). Como o nome do bairro em que este Ministério está sediado é o mesmo da cidade em que as ADs iniciaram seus trabalhos no Norte do Brasil, muitas vezes há confusão ao referir-se a um ou outro Ministério, o que faz que por vezes se adote o diminutivo “Belenzinho” (nome com o qual o bairro também é conhecido) para referir-se à igreja paulista. O atual templo-sede da ADMB foi inaugurado no início da gestão de José Wellington. Atualmente está sendo construída uma nova sede (no padrão “templo-shopping⁷) em uma das esquinas da Avenida Radial Leste, uma das vias mais importantes da Zona Leste de São Paulo. Embora programado inicialmente para ser inaugurado por ocasião das comemorações do centenário das ADs no Brasil em 2011, até a conclusão de nossa pesquisa o templo encontrava-se em fase de acabamento, sendo já realizadas em seu interior algumas celebrações de destaque como batismos, congressos e reuniões de obreiros.

Os dados oficiais indicam que a ADMB conta com aproximadamente 2000 congregações no estado de São Paulo (ARAÚJO, 2012). Na Região Metropolitana tais congregações estão subordinadas aos “setores”, que consistem em sedes regionais que têm autonomia para administrar as congregações de sua área geográfica delimitada, embora devam prestar contas à sede geral no bairro do Belém. O responsável pelo setor é chamado de “pastor setorial” e é escolhido pelo presidente da ADMB, que em sua biografia define os critérios utilizados para a escolha:

Para escolher o pastor do novo setor, José Wellington procura conhecê-lo bem – sua família, sua formação e, principalmente, o seu grau de cultura. Para não coloca-lo onde o povo fique muito embaixo ou onde ele não alcança.

- Se o candidato tem a capacidade para ser maior de 100, não vou colocá-lo para ser de 1.000, porque ele vai reduzir de 1.000 para 100 – explica. [...]

O surgimento de um novo setor acontece por desmembramento de um setor que tenha alcançado uma determinada quantidade de congregações localizadas em um ou em vários bairros. As congregações tem entre 100 e 200 membros” (ARAÚJO, 2012: 205)

Como fica implícito na fala do pastor, os setores apresentam características diferenciadas no que diz respeito ao perfil socioeconômico de seus membros, embora, os

⁷ Conforme a tipologia de Alencar (2013)

maiores setores tenham a maior parte de suas congregações em regiões de maior carência social.

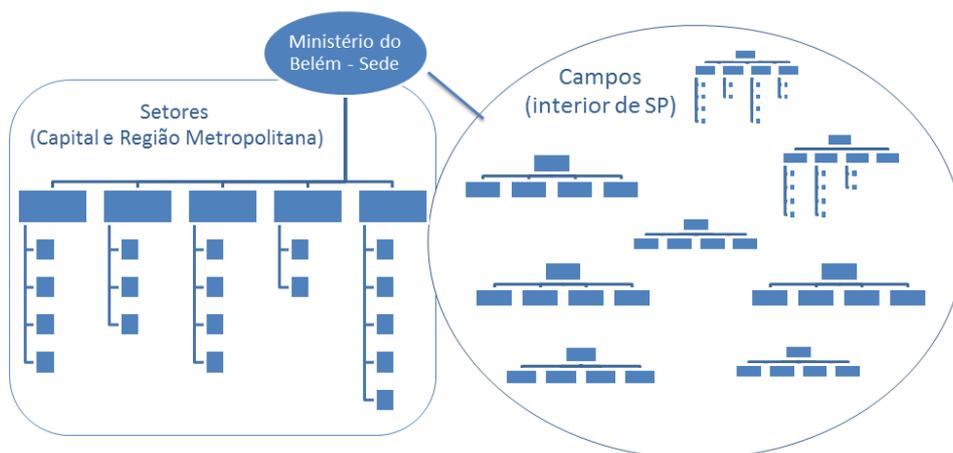
No caso específico da ADMB, as sedes-regionais do interior de São Paulo recebem outra designação, são os “campos”. Neste caso, seus responsáveis são reconhecidos como “pastores-presidentes” de suas igrejas e recebem certa autonomia administrativa, maior que a dos setores da capital:

Os campos em cidades do interior paulista são igrejas autônomas, porém com vínculo com o Ministério do Belém. Elas têm presidente e podem ministrar a Ceia, batizar, consagrar obreiros e ministrar outras cerimônias. Têm liberdade administrativa e jurídica para comprar, vender e construir. Os presidentes desses campos só não podem trocar o pastorado da igreja deles com o do pastor de outra igreja, sem que ambas as igrejas sejam, primeiro, entregues ao Ministério do Belém e a permuta seja aprovada. Nos estatutos dessas igrejas autônomas há um artigo que as prendem ao Ministério do Belém.

- A pessoa jurídica Belém está sempre no meio da transição para manter certa autonomia ministerial, porque precisamos manter integridade do Ministério do Belém. Mas não criamos qualquer dificuldade – esclarece [o pastor José Wellington] (Idem, pp. 205-206)

Desta forma, a organização burocrática da ADMB com seus setores e campos, pode ser sintetizada de acordo com o esquema apresentado no diagrama 2, com a representação da igreja-sede, dos setores, campos e congregações:

Diagrama 2 – Organização do Ministério do Belém (ADMB)



Na descrição de José Wellington sobre a diferença entre “campo” e “setor”, há um dado que precisa ser levado em conta não apenas em relação à ADMB, como também aos outros ministérios: a autonomia jurídica. Os Ministérios mais centralizados costumam agrupar todas as suas igrejas sob um único CNPJ e uma única diretoria nacional. Como explicou Isael Araújo em entrevista à Corrêa (2013:185): “*o dirigente [da congregação] tem autonomia para resolver pequenos problemas, mas qualquer problema maior comparece o presidente [do Ministério], juridicamente ele responde por ela*”. Tal esquema dificulta o que na linguagem assembleiana pode ser chamado de “rebelião”, ou seja, o ato de uma igreja desligar-se de sua sede nacional e instituir uma diretoria própria, seguindo caminho autônomo. Há casos, no entanto (como acontece com os campos da ADMB no interior do Estado) em que igrejas juridicamente autônomas se submetem à autoridade de outra, normalmente por conta de uma ligação histórica e/ou acordo eclesial firmado no passado. Neste caso, costuma-se dizer que tais igrejas possuem uma “ligação fraternal” com os respectivos Ministérios. Em termos weberianos vemos aí a força da dominação tradicional e/ou carismática se sobrepondo à dominação burocrática. O fato de existirem igrejas que, embora independentes juridicamente, são ligadas “fraternalmente” a determinado Ministério ou Convenção⁸ é um resquício do sistema assembleiano de igrejas livres das primeiras décadas da denominação.

Vale a pena destacar, no entanto, que em muitos casos, diante da possibilidade de corrosão da dominação tradicional, há Ministérios que por circunstâncias diversas extinguiram CNPJs de igrejas filiadas, tornando-as burocraticamente (e não apenas tradicionalmente) subordinadas à igreja-sede do Ministério. Nestes casos, a dominação burocrática (representada pelo estatuto único de todo o Ministério) torna-se um caminho mais curto para a garantia da centralização do poder, já que no caso da dominação tradicional, tal continuidade pode não estar garantida em longo prazo, especialmente pela tendência cada vez mais fragmentária da AD atual.

b) A organização do Ministério de Madureira (ADMM)

O sistema de organização do Ministério de Madureira (ADMM) é um pouco mais complexo que o da ADMB. Ainda na época de seu fundador, Paulo Leivas Macalão, as congregações fundadas pela ADMM eram arregimentadas em “campos” que, diferente dos

⁸ Os “laços fraternais” foram abordados por Corrêa (2013) em seu estudo sobre as Convenções assembleianas.

campos e setores da ADMB, não estão circunscritos a uma determinada área geográfica e normalmente têm um CNPJ próprio. Assim, um campo da ADMM com sede em determinado bairro de São Paulo, por exemplo, tem autonomia para abrir igrejas em quaisquer cidades do país. Tomemos o exemplo da igreja de Vila Alpina, fundada em 1952, mas que recebeu “autonomia de campo” em 1972. A igreja, cujo líder recebe a denominação de “pastor-presidente de campo” conta com congregações no interior de São Paulo, bem como nos estados de Pernambuco, Bahia e Piauí⁹. Sua autonomia, no entanto, é sujeita à supervisão do presidente nacional da ADMM e da CONAMAD (Convenção Nacional das Assembleias de Deus – Ministério de Madureira). No início do século XXI, três destes campos transformaram-se em Ministérios independentes: os campos de Santo Amaro, São Bernardo do Campo e Perus. Com relação ao último, falaremos mais à frente.

Sem dúvida, o campo de maior destaque da ADMM em São Paulo é o “campo do Brás” que também é a Igreja mais antiga do Ministério em São Paulo. Sua importância frente aos demais campos é demonstrada pelo fato de popularmente ser chamada de “Ministério do Brás”, embora não seja um Ministério independente de fato. O campo do Brás possui uma rede de igrejas organizada em “regionais” (similares aos setores da ADMB).

Por conta desta descrição é possível imaginar a complexidade para se entender a organização da ADMM em São Paulo. No mesmo bairro podem existir igrejas de campos diferentes (ou em casos mais raros de diferentes regionais de um mesmo campo), todas pertencentes a um mesmo Ministério! É o que acontece, por exemplo, no bairro de Vila Miriam, na região noroeste de São Paulo, em que encontramos uma ADMM pertencente ao Campo do Brás a poucas quadras de distância de uma igreja do campo de São Caetano do Sul (sem contar que a igreja da ADMB também é relativamente próxima). No linguajar “madureiriano”, igrejas de campos diferentes, mas do mesmo Ministério são chamadas de “co-irmãs”.

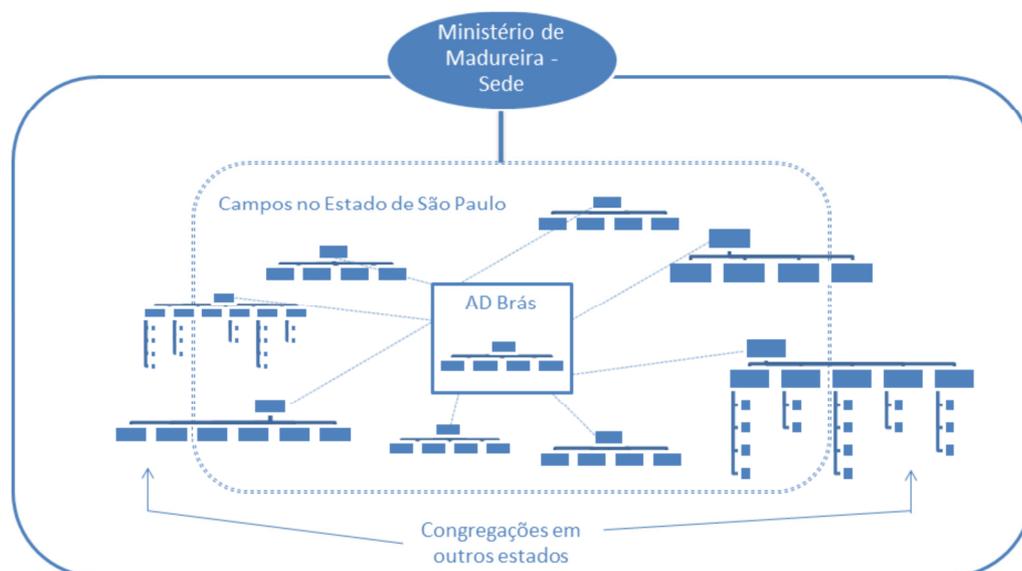
O padrão organizativo da ADMM nos remete ao modelo impresso por Paulo Macalão na fundação de suas igrejas no Rio de Janeiro ainda na década de 1930 e que se arrasta pelas décadas seguintes: a expansão não subordinada aos limites geográficos impostos por outros grupos assembleianos. Neste sistema, cada líder de campo pode expandir sua igreja o quanto e por onde conseguir. Não é de admirar que tal modelo possa causar debates sobre invasão de campo no interior do próprio Ministério, embora nesses

⁹ <http://catedraldaesperanca.org.br/institucional/historia>. Visitado em 12.nov.2014

casos sejam comuns os acordos entre líderes de diferentes campos no sentido de que um não “invada o campo” do outro, prejudicando assim as igrejas “co-irmãs”.

Dado o destaque do campo do Brás frente aos outros campos de Madureira em São Paulo, naturalmente poderíamos pensar que esta igreja poderia ter tomado o mesmo rumo dos campos de Perus e Santo Amaro, transformando-se em Ministério autônomo. No entanto, há ainda outro fator de complexidade nesta organização. Embora seja um campo autônomo, a igreja do Brás (que em 2006 inaugurou um templo de grandes dimensões na Av. Celso Garcia em São Paulo) é considerada a sede estadual de todas as igrejas da ADMM no Estado de São Paulo, sendo também a sede da Convenção Estadual do Ministério. Além disso, o atual presidente da AD Brás, o Pr. Samuel Ferreira, é filho do presidente nacional da ADMM, o Bispo Manoel Ferreira. Desta forma, ainda que seja “localmente” um campo autônomo, a AD Brás exerce influência direta sobre os outros campos, o que faz com que popularmente ganhe a alcunha de “Ministério do Brás”.

Diagrama 3 – Organização do Ministério de Madureira (ADMM)



Eventualmente também pode acontecer de uma regional ou grupo de congregações “se emancipar”¹⁰, adquirindo o *status* de campo. O pequeno campo do bairro da Barra Funda, por exemplo, emancipou-se do campo de Carapicuíba em 1999¹¹. O campo de Vila

¹⁰ O termo “emancipar” é comumente usado na ADMM para descrever a situação.

¹¹ <<http://adbarrafunda.com.br/ad/congregacao-sede-ad.asp>> Acesso em 14.jan.2015

Solange, bairro de Guaianases, desvinculou-se de Mogi das Cruzes em 2008¹². Mesmo que nada se altere no cotidiano de uma igreja recém-emancipada, a posição de destaque que um “pastor-presidente” de campo (ainda que com poucas congregações) no Ministério é maior que a de um líder de setor e/ou regional, ainda que esta tenha mais congregações que um campo propriamente dito.

Como mostrado anteriormente no Diagrama 1, os Ministérios independentes de São Bernardo do Campo, Perus, Santo Amaro e Vila Nova Gerty foram em sua origem congregações do Campo de São Caetano do Sul (região do ABC Paulista), consolidando-se posteriormente como campos ligados diretamente à sede nacional da ADMM e por fim Ministérios autônomos, embora a Igreja de São Caetano do Sul propriamente dita permaneça até hoje como campo da ADMM¹³.

c) Outros modelos de organização

Os demais Ministérios estabelecidos em São Paulo costumam adotar sistemas de organização similares aos da ADMB e ADMM, embora existam variações quanto aos conceitos de “campo” e “setor”. Uma questão importante é que nos demais Ministérios¹⁴ no geral não há a ideia de campos autônomos ligados à sede simplesmente por “vínculos fraternais”. Desta forma, por maiores que sejam tais Ministérios, não há capital simbólico suficiente para garantir uma dominação baseada apenas na tradição ou no carisma, o que explica a necessidade de centralização burocrática, embora mesmo na ADMB e ADMM perceba-se a preocupação quanto à manutenção da dominação tradicional em longo prazo, como vimos.

O Ministério de Perus (ADMP), que conta com aproximadamente 1000 congregações¹⁵ espalhadas em 23 estados do país, as igrejas estão divididas em “campos regionais” (não autônomos) liderados por pastores-presidentes nomeados pelo presidente da ADMP. Embora os campos regionais tenham sido organizados sob o princípio da delimitação territorial, não há impedimento para que eventualmente abram congregações em

¹² <<http://advilasolange.wix.com/novosite#!histrhia/can6>> Acesso em 14.jan.2015

¹³ Os atuais campos da ADMM de Rudge Ramos e Taboão (ambos em São Bernardo do Campo), além de Vila Alzira, Vila Alpina e Vila Industrial (os três na cidade de São Paulo) também foram congregações da Igreja de São Caetano do Sul em suas origens, o que indica a importância histórica desta igreja na configuração atual do campo assembleiano na região metropolitana de São Paulo, como veremos mais a frente.

¹⁴ Vale a pena lembrar que estamos levando em conta aqui apenas os Ministérios presentes no campo religioso assembleiano paulista durante até a década de 80, mesmo aqueles que à época ainda não eram independentes, como é o caso de Perus e Santo Amaro, então campos da ADMM.

¹⁵ Esta informação me foi dada pelo presidente da ADMP em entrevista realizada em 2010.

outras localidades, embora em todos os casos todas as igrejas do país estejam vinculadas a um único CNPJ. Neste caso, os campos regionais podem organizar suas congregações em “setores” e empossarem pastores-setoriais responsáveis por estas sub-regiões. Note-se, portanto, que o cargo de “pastor-setorial” na ADMP é distinto do “pastor-setorial” na ADMB, já que em cada caso um “setor” ocupa uma posição diferente na pirâmide do Ministério. No diagrama 4 temos uma representação do esquema organizativo da ADMP, com a sede nacional, campos regionais, setores e congregações.

No caso do Ministério do Ipiranga (ADMI), o sistema de organização é um pouco mais simples, estando todas as Congregações do país divididas em 54 setores com atuação geográfica delimitada e subordinados diretamente à sede nacional do Ministério. Neste caso, os responsáveis pelos setores são chamados de “supervisores”. Sistemas semelhantes (com variações quanto às nomenclaturas) são adotados em outros Ministérios como a AD do Ferreira, AD Santo Amaro e AD São Bernardo do Campo. Ministérios menores podem ainda ter todas as congregações ligadas diretamente à Sede, sem a intermediação de setores.

Diagrama 4 – Organização do Ministério de Perus (ADMP)

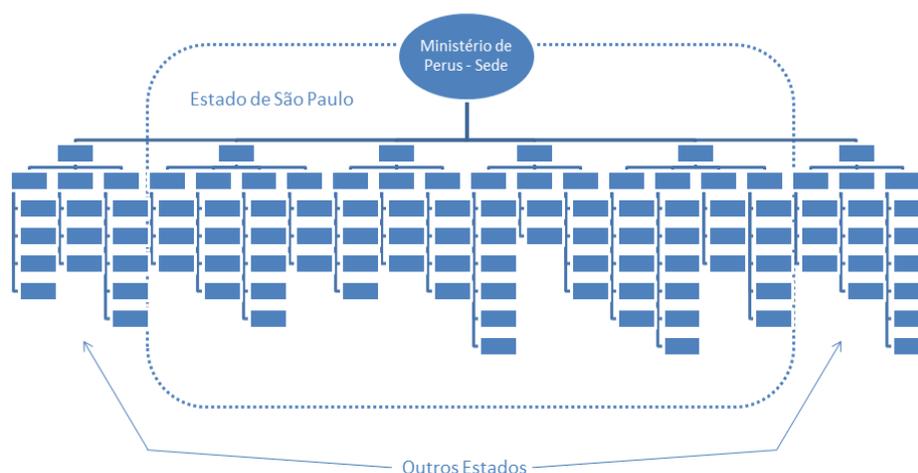


Diagrama 5 – Outros sistemas de organização



Todos os sistemas de organização citados, com as variações nas suas nomenclaturas fornecem a base para a acumulação de capital simbólico por parte das lideranças que se formam em cada Ministério. Em cada caso há apenas um pastor-presidente de Ministério no topo da hierarquia, no entanto a oportunidade de tornar-se líder de setor ou campo agrega ao ocupante do cargo um capital simbólico relevante, principalmente se estivermos nos referindo a um setor com grande número de congregações ou com algum destaque histórico no Ministério. O fato de tais líderes serem nomeados diretamente pelo pastor-presidente age diretamente em favor desta projeção. Além da dimensão político-institucional, a organização piramidal também aponta para questões de ordem histórica de cada Ministério já que as sedes dos setores de maior destaque costumam ser aquelas que no passado foram as primeiras congregações fundadas e que assim consolidaram-se econômica e socialmente junto aos bairros em que estão estabelecidas.

Referências Bibliográficas:

ALENCAR, Gedeon Freire. **Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011**. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013.

ARAÚJO, Isael. **José Wellington – Biografia**. Rio de Janeiro: CPAD, 2012.

BARRERA RIVERA, Dario Paulo. **Evangélicos e periferia urbana em São Paulo e Rio de Janeiro: estudos de sociologia e antropologia urbanas**. Curitiba: CRV, 2012.

CABRAL, David. **Assembléias de Deus: a outra face da história**. 3 ed. Rio de Janeiro: Betel, 2002.

CORREA, Marina Aparecida Oliveira dos Santos. **Assembleia de Deus: Ministérios, carisma e exercício de poder**. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

FAJARDO, Maxwell Pinheiro. **“Onde a luta se travar”:** a expansão das Assembleias de Deus no Brasil urbano (1946-1980). Tese (Doutorado em História). Assis: Universidade Estadual Paulista, 2015.

FAJARDO, Maxwell Pinheiro. **Pentecostais, migração e redes religiosas na periferia de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2011.

NORONHA, Claudio Pereira. **Religião e capital social na periferia urbana do Grande ABC Paulista: uma análise das redes sociais pentecostais no município de Rio Grande da Serra**. Dissertação (Ciências da Religião). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.